



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ**  
**DIRETORIA-GERAL**

**PAD N.º 13469/2021**

**DESPACHO**

**R. h.**

Versa-se, em suma , nos termos relatados e analisados pela **ASDIR** – **Doc. PAD N.º 157609/2021** acerca de solicitação da Seção de Capacitação para a realização do curso online “Reforma da Previdência - Previdência, Cálculo de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos – EC 103/2019” a ser ministrado pela empresa ONE CURSOS, CNPJ nº 06.012.731/0001- 33, para 4 servidores da SEAPE , com carga horária de 16h/a na metodologia online e custo total de R\$ 6.000 ,00 (seis mil reais) , em consonância com o Doc. PAD n.º 154865/2021 (Projeto Básico Para Ações De Treinamento).

**A Seção de Licitações (SELIC) e a Assessoria da Diretoria-Geral (ASDIR), com ressalvas, opinaram pela possibilidade da contratação direta, tendo sido informada pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) a alocação de recursos.**

Assim, observada a conveniência e oportunidade da administração, **autorizo a contratação, desde que atendidas as ressalvas apontadas pela ASDIR – notadamente no que respeita ao ITEM N.º 17 da lista de Verificação Da Advocacia Geral da União – AGU, e na qualidade de ordenador de despesas por delegação – (VIDE PORTARIA N.º 429/2021), por meio de inexigibilidade, com supedâneo no Art. 25, II c/c o Art. 13, VI<sup>1</sup>, da Lei n º 8.666/93, adotando, como razões de decidir, as manifestações prestadas pela SELIC e ASDIR, ex vi art. 50, §1º, da Lei n.º 9.784/99.**

**À SOF, para as providências que o caso requer - (Consulta ao CADIN e SICAF), destacando-se o ensinamento para a celebração de contratos**

<sup>1</sup> Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

[...] VI – treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...] II – para contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ**  
**DIRETORIA-GERAL**

administrativos, em conformidade com o Acórdão TCU nº 1134/2017- Plenário, e demais providências.

**Em seguida, à SGP/SECAP**, para informar a presente decisão à contratada.

Por fim, à **COLIC**, para as providências pertinentes à contratação em referência, inclusive visando publicar extrato de inexigibilidade no DOU.

**Fortaleza(CE), DATA REGISTRADA NO SISTEMA**

**DIRETOR-GERAL – TRE-CE**

**[ASSINATURA NO SISTEMA]**